Acervo ISA

Documentação
Jornal CB
Data 11/1/96 Pg 17
Class. H60

ÍNDIOS

PT move ação contra lei das demarcações indígenas

Ronaldo Brasiliense
Da equipe do Correio

O Partido dos Trabalhadores vai ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o Decreto nº 1.775 do ministro da Justiça, Nelson Jobim, que alterou os critérios de demarcação de terras indígenas no Brasil.

No Congresso Nacional, ontem, a senadora Marina Silva (PT-AC) e o deputado Gilney Viana (PT-MT) criticaram o novo decreto e a insensibilidade do presidente Fernando Henrique Cardoso para a questão indígena.

A ação de inconstitucionalidade será apoiada por várias entidades indigenistas, entre as quais o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Igreja Católica.

Audiência — Os parlamentares do PT e PV pediram, ainda ontem, audiência ao presidente Fernando Henrique Cardoso para tentar convencê-lo a revogar o decreto, considerado prejudicial aos índios.

Na avaliação do deputado Gilney Viana, o novo decreto — que revogou o Decreto 22/91 — possibilitará a revisão de 344 áreas indígenas já demarcadas e homologadas pela Fundação Nacional do Índio e pelo próprio Ministério da Justiça.

"São 344 reservas indígenas que ainda não foram registradas em cartório ou na Secretaria do Patrimônio da União, que correm o risco de serem diminuídas e questionadas judicialmente", protestou Viana.

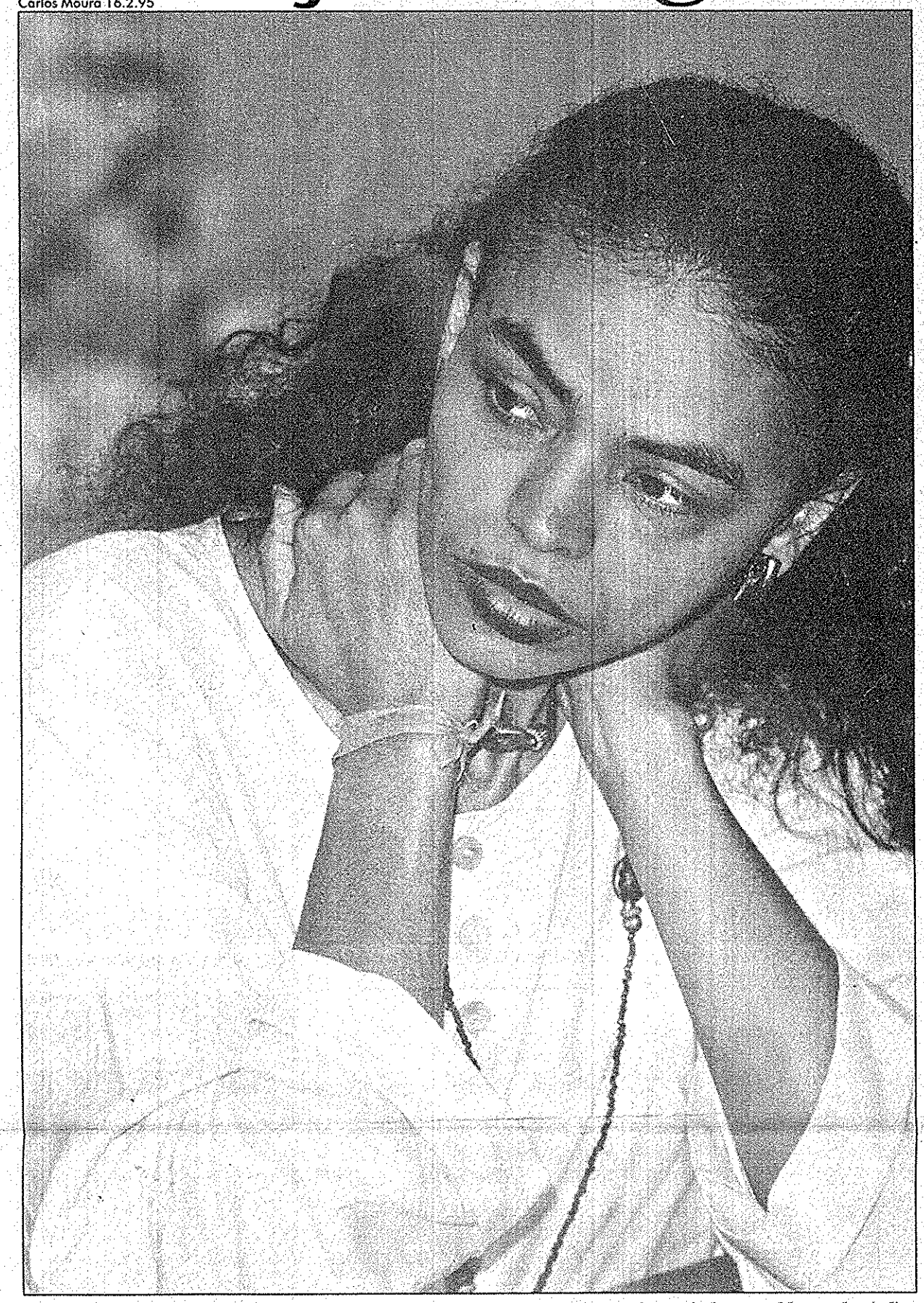
Retaliação — No Congresso, vários parlamentares destacaram o impacto internacional do Decreto nº 1.775, que desgasta a imagem do Brasil no exterior.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) temia que o governo alemão cortasse os recursos que destinou, dentro do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil, para a demarcação de reservas indígenas no Brasil.

"O governo da República Federal da Alemanha não pretende cancelar esse acordo e supõe que, na base do novo Decreto 1.775, que revoga o Decreto 22/91, a demarcação das áreas indígenas continue sem interrupção", desmentiu o embaixador alemão Claus Duisberg.

O governo alemão liberou 30 milhões de marcos para a Funai garantir a demarcação de 54 áreas indígenas. Essas áreas ainda não foram registradas em cartório e, portanto, estão sujeitas à revisão segundo o Decreto 1.775.

Carlos Moura 16.2.95



A senadora do PT Marina Silva acusou o presidente Fernado Henrique de ser insensível aos problemas dos índios